



TERRITÓRIO: um olhar a partir das mulheres do Movimento de Mulheres Camponesas

Noeli Welter Taborda¹
Catiane Cinelli²
Zenaide Collet³

RESUMO

O presente trabalho analisa o conceito de território a partir da produção científica das militantes que integram o Movimento de Mulheres Camponesas - MMC Brasil. Lança-se como um ensaio que relaciona as categorias movimentos socioterritoriais, território e Feminismo Camponês Popular. O MMC tem como objetivo a luta pela libertação das mulheres trabalhadoras de qualquer tipo de opressão, violência, exploração e discriminação, na construção do projeto popular de agricultura camponesa na perspectiva da agroecologia e da transformação da sociedade. Todo o trabalho de organização, formação e lutas, busca fortalecer experiências de resistência popular, em que as mulheres sejam protagonistas de sua história rumo a uma sociedade baseada em novas relações de igualdade entre os seres humanos e de respeito à natureza (MMC, 2004). O desafio, enquanto militantes pesquisadoras é, entender a ação das mulheres camponesas do MMC em seus espaços, como elas tecem e demarcam o debate sobre território. Diante do exposto, pretende-se analisar o conceito de território elaborado pelas mulheres a partir das pesquisas de militantes do MMC no período de 2012 a 2021. Ao mapear as publicações de dissertações, teses, artigos e livros, também busca-se identificar os territórios de luta, resistência e enfrentamento construídos no interior do movimento.

Palavras-chave: Território; Movimento de Mulheres Camponesas; Feminismo Camponês Popular; Movimento socioterritorial e socioespacial.

RESUMEN

El presente trabajo pretende analizar el concepto de territorio a partir de la producción científica de las militantes que forman parte Del Movimiento de Mujeres Campesinas –

¹ Mestranda do Curso de Geografia no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (UNESP), da Universidade Estadual Paulista - SP; Militante do MMC, noeli.taborda@unesp.br;

² Pós-Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Oeste de Santa Catarina - UNOESC; professora na Universidade Federal do Maranhão - UFMA, catiane.c@ufma.br;

³ Mestra em Educação pela Unochapecó. Militante do Movimento de Mulheres Camponesas - MMC, aluna especial do Doutorado em Geografia pela Unioeste, campus de Francisco Beltrão/PR E-mail: colletzenaide@gmail.com.



MMC Brasil. Se lanza como um ensayo que relaciona las categorías de movimientos sócio-territoriales, território e feminismo campesino popular. El objetivo del MMC es luchar por lá liberación de la mujer trabajadora de cualquier tipo de opresión, violencia, explotación y discriminación, em lá construcción del proyecto popular de agricultura campesina desde la perspectiva de la agroecología y la transformación, formación y luchas busca fortalecer experiencias de resistencia popular, em las que lãs mujeres son protagonistas de su historia hacia una sociedade basada em nevas relaciones de igualdad entre los seres humanos y respeto a la naturaleza (MMC, 2004). El desafío, como investigadoras militantes, es comprender la acción de las mujeres campesinas em el MMC em sus espacios, como tejen y demarcan el debate sobre El territorio. Dado lo anterior, se pretende analizar el concepto de território elaborado por lãs mujeres a partir de la investigación de militantes de la MMC em el período de 2012 a 2021. Mediante el mapeo de lãs publicaciones de disertaciones, tesis, artículos y libros, también buscamos identificar los territorios de lucha, resistencia y enfrentamiento construídos dentro del movimiento.

Palabras clave: Territorio; Movimiento de Mujeres Campesinas; Feminismo Campesino Popular; Movimientosocio-territorial y socio-espacial.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho analisa o conceito de território a partir da produção científica das militantes que integram o Movimento de Mulheres Camponesas - MMC Brasil. Lança-se como um ensaio que relaciona as categorías, movimientos socioterritoriais, território e Feminismo Camponês Popular. O referido Movimento tem como objetivo a luta pela libertação das mulheres trabalhadoras de qualquer tipo de opressão, violência, exploração e discriminação, a construção do projeto popular de agricultura camponesa na perspectiva da agroecología e a transformação da sociedade.

Todo o trabalho de organização, formação e lutas, busca fortalecer experiências de resistência popular, em que as mulheres sejam protagonistas de sua história rumo à uma sociedade baseada em novas relações de igualdadade entre os seres humanos e de respeito à natureza MMC (2004). O desafio, enquanto militantes pesquisadoras é, entender a ação das mulheres camponesas do MMC em seus espaços, como elas tecem e demarcam o debate sobre território. Diante do exposto, pretende-se analisar o conceito de território elaborado pelas mulheres a partir das pesquisas de militantes do MMC no período de 2012 a 2021. Ao mapear as publicações de dissertações, teses, artigos e livros, também busca-se identificar os territórios de luta, resistência e enfrentamento construídos no interior do movimento.

Pretende-se, a partir do "território das mulheres", compreender o enfrentamento aos projetos do capital que repercute no pensar/fazer nos espaços camponeses e rurais Gaspareto (2018) para enfrentar o sistema capitalista neoliberal e o patriarcado. Assim, pelas



camponesas, são assumidas inúmeras frentes de luta, como a agroecologia, políticas agrícolas, reforma agrária, ampliação e garantia dos direitos sociais, a participação política da mulher na sociedade e a soberania nacional para o Brasil (LORENZONI, et al., 2020).

A produção científica militante, "territórios das mulheres", é expressa neste ensaio como territórios (i)materiais. O conhecimento produzido pelas mulheres do MMC é um importante tipo de território, e na tentativa de superar a compreensão do território como uno, singular e imutável, chamamos a atenção para a importância dos territórios (i)materiais Vinha (2013), que no caso das mulheres do MMC, vem sendo baseado no Feminismo Camponês Popular. “Não são territórios porque lutam por um pedaço de terra ou teto, mas porque estabelecem relações de poder ao disputar poderes explicativos sobre o espaço” e, ao se materializarem na pesquisa, apresentam posturas “político-ideológicas na interpretação do espaço agrário” (VINHA, 2013, p. 5).

METODOLOGIA

Partiu-se da abordagem materialista histórica e dialética e de procedimentos metodológicos que incluem o levantamento e a análise bibliográfica. Busca-se identificar, nas elaborações das militantes do MMC, no período de 2012 a 2021, a concepção de território. Para isso, mapeou-se dez trabalhos do MMC, incluindo artigos, tese, livros e dissertações que trazem a temática dos territórios. As publicações pesquisadas foram: Dissertações 1. Programa de sementes crioulas de hortaliças: experiência e identidades no Movimento de Mulheres Camponesas, de Catiane Cinelli, (2012); 2. Mulheres Camponesas em Movimento: Sua organização e resistência no Assentamento Fernando Silva em Porangatu/Goiás, de Julciane Inês Anzilago, (2014); 3. Feminismo Camponês Popular: Contribuição das mulheres camponesas à luta de transformação social, de Iridiani G. Seibert, (2019). Tese: 4. O processo educativo da luta e do trabalho das mulheres: Via Campesina no Brasil, UNORCA/UNMIC e CONAMI no México, de Isaura Isabel Conte, (2014); 5. Artigos: Aproximação teórica entre o Feminismo Camponês e Popular e o marxismo latino-americano, de Iridiani G. Seibert e Sandra M. R. Rodrigues, (2017); 6. História e Lutas da Territorialização do Movimento de Mulheres Camponesas de Minas Gerais, de Renata R. Gadelha, (2021); 7. Livros: Pedagogia da Semeadura: a Construção de Saberes pelo Movimento de Mulheres Camponesas no Programa de Sementes Crioulas, de Sirlei A. K. Gaspareto, (2018); 8. Mulheres camponesas: semeando agroecologia, colhendo saúde e autonomia, organizado por Vanderléia L. Pulga et al., (2018); 9. Feminismo Camponês



Popular: reflexões a partir de experiências no Movimento de Mulheres Camponesas, organizado por Adriana M. Mezadri et al., (2020); 10. Cartilha: Feminismo Camponês Popular, MMC (2018).

ESPAÇO E TERRITÓRIO RELAÇÕES DE PODER

O espaço geográfico sempre existiu mesmo antes da existência do ser humano. Milton Santos, (1978), o apresenta como um campo de forças desigual, em que o “espaço por suas características e por seu funcionamento, pelo que ele oferece a alguns e recusa a outros, pela seleção de localização feita entre as atividades e entre os homens, é resultado de uma práxis coletiva que reproduz as relações sociais” (SANTOS, 1978, p. 171). Segundo Santos (1978), o espaço geográfico é composto por um sistema de objetos e um sistema de ações, indissociáveis e complementares entre si. Sua materialidade real somente é dada pela existência das relações sociais Lefebvre (1991).

Compreendemos o espaço como lugar de possibilidades, de lutas e resistências que são construídas pelas relações sociais. A organização de movimentos socioterritoriais e socioespaciais é parte desse processo, os quais, através de conflitos gerados pelas contradições intrínsecas ao desenvolvimento do capitalismo no campo, disputam territórios. Embora distintos, espaço e território são complementares e estão inter-relacionados Saquet (2005). O território faz parte de uma totalidade restrita gerada pela intencionalidade, cuja diversidade de relações sociais cria diversos tipos de territórios, formados por diferentes escalas (multiescalar) e dimensões (multidimensional) Fernandes (2009).

Fernandes (2005) afirma que "territórios são países, estados, regiões, municípios, fábricas, vilas, propriedades, moradias, corpo, mente, pensamento, conhecimento", entre outros. Para o autor os territórios são concretos e imateriais, estes ao serem produzidos por uma determinada relação social tornam-se espaço “formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá” (SANTOS, 2006, p. 39).

Ao dialogarmos com o que apresentamos até aqui, interessa-nos destacar a natureza do território que interfere no conhecimento e no pensamento, fundamental para a leitura dos "territórios das mulheres" proposto neste artigo. Como podemos ver, o conhecimento produzido, nesse caso das mulheres no MMC, é um importante tipo de território, e na



tentativa de superar a compreensão do território uno, singular e imutável, chamamos a atenção para a importância dos territórios (i)materiais Vinha (2013).

Os conhecimentos compartilhados pelas mulheres do MMC, baseado no Feminismo Camponês Popular, são territórios (i)materiais, pois a partir de suas publicações, procuram contribuir com o desenvolvimento de seus territórios, cuja visão feminista e camponesa impera. O conhecimento, a produção das ideias e o pensamento, elementos que fazem parte da imaterialidade, estão intimamente conectados à realidade material nos modelos de desenvolvimento para o campo Vinha (2013), inclusive daqueles que se perpetuam até os dias de hoje, fundados no machismo e no patriarcado.

A imaterialidade e materialidade são complementares, e assim como o espaço, não podem ser dissociadas do território. É a mobilidade dos territórios imateriais sobre o espaço geográfico, por intermédio da intencionalidade, que determina a construção de territórios materiais Fernandes (2005). A intencionalidade é um aspecto da (i)materialidade do território e que cerceia a sociedade. “O movimento do pensamento em sensações, percepções, leituras, reflexões é um aspecto do abstrato que é inerente aos processos territoriais significando, ao mesmo tempo, objetividade” (SAQUET, 2007, p. 171-172).

Com essa compreensão, neste trabalho destacamos a construção histórica do MMC, um movimento socioterritorial Gadelha (2021), que teve sua atuação baseada no tripé organização, formação e luta, criando seus próprios espaços, territórios e territorialidades. "O território é elemento fundador de suas identidades, e é na sua relação e trabalho diferenciado com a terra/natureza (espaço), a partir de seus corpos e conhecimentos próprios, que as mulheres se definem como camponesas e realizam as lutas em defesa de seus modos de vida, cultura, terra, formas de conhecimento etc." (GADELHA, 2021, p. 4).

Ao relacionar o território com a luta do MMC, traz-se a discussão do Feminismo Camponês Popular. Tanto Saffioti (2013) como Almeida e Pereira de Jesus (2020) chamam atenção para a necessidade de ler a realidade pela luta das mulheres, considerando as categorias classe, gênero e raça, o que também comparece em (REIS, 2015, p. 24), quando alerta que compreender o espaço geográfico através das relações de gênero “é reconhecer o espaço como um produto de inter-relações, desde a interação do global até o intimamente pequeno”. Quais elementos a luta feminista camponesa popular traz, e possibilita identificar como as camponesas organizadas no MMC compreendem o território? Essa questão trataremos em seguida.



CONSTRUÇÃO DOS TERRITÓRIOS NO MMC

Apresentamos nossas impressões sobre a compreensão de território a partir das produções de militantes do MMC. No livro intitulado *Feminismo Camponês Popular: Reflexões a partir de experiências do Movimento de Mulheres Camponesas*, produção coletiva de militantes do MMC, o texto de Silva e Santos (2020) em torno das Ligas Camponesas nos apresenta que o território rural tem as marcas das relações capitalistas, patriarcais e escravocratas. Assim também, de forma direta ou indireta as demais autoras escrevem compreendendo tais características presentes na sociedade.

As Ligas Camponesas se posicionam denunciando as relações de dominação e exploração no trabalho por parte do poder do coronelismo agrário, da política de cabresto que mantinha o povo marginalizado e dependente, ao mesmo tempo, pautam a luta pelos direitos à terra e por dignidade. Entre seus líderes destaca-se Elizabeth Teixeira, que “teve um papel histórico na luta das mulheres do campo em defesa da vida, da classe camponesa e da luta pela reforma agrária” (SILVA; SANTOS 2020, p. 70). Nas Ligas Camponesas, ou em outros espaços, mulheres, corajosamente se levantaram contra o latifúndio, o autoritarismo, o machismo, o racismo, a violência e tudo mais que caracteriza o modo de produção colonialista e capitalista.

A obra ressalta a importância da organização no MMC, como espaço de tomar consciência das raízes da inferioridade e invisibilidade do ser mulher, de seu trabalho, sua liderança, ao mesmo tempo, recuperam a luta de resistência pessoal e coletiva forjada no cotidiano camponês. Destacam a decisão de romper com essa condição, traçaram estratégias para o reconhecimento da profissão de trabalhadora rural e da identidade camponesa.

Foi no processo de luta que perceberam como as estruturas dessa sociedade precisam de profundas mudanças. (ALMEIDA E PEREIRA DE JESUS, 2020, p. 75), afirmam que pequena parcela da sociedade “vive da exploração do trabalho, dos bens naturais e assim tenta transformar tudo em mercadoria: nossas sementes, territórios, terra e em especial nossa vida e nossos corpos”. As autoras fazem questão de citar “nossa vida e nossos corpos” pois a fome, a violência, a dor, o sofrimento pesa mais sobre o corpo das mulheres.

As desigualdades de gênero/classe/raça/geração que sentimos cotidianamente são consequências do modelo de colonização europeia que tomou de assalto não só o Brasil, mas a América Latina “[...] foram colonizados com extrema violência, o que era comum no processo de dominação para se apossar de territórios, transformando-os em colônias,



usurpando e rapinando os recursos naturais e, exterminando as populações locais (GALEANO, 1991 apud, CONTE, 2014, p. 30)”.

Também Seibert (2019) destaca,

A colonização do continente, que se baseou na dizimação e/ou na dominação das populações indígenas originárias do continente e a usurpação de seus territórios e riquezas naturais e o tráfico de negros/as escravizados da África para a apropriação total de sua força de trabalho, seus corpos e suas vidas, foram fundamentais para a acumulação primitiva do continente europeu que permitiu o desenvolvimento do modo de produção capitalista hegemônico e globalizado que conhecemos na atualidade (SEIBERT, 2019, p. 83).

Compreendemos que esse modelo se impôs nos diferentes tempos históricos, apossando-se de múltiplas formas de intervir sobre o território/espaco geográfico e sobre os povos sem abrir mão de explorar e acumular. No entanto, em inúmeros lugares, mulheres se levantaram, buscaram construir o “que restaura os princípios de luta coletiva, de proteção do(s) nosso(s) bem(ns) maior(es) que se configura(m) em território, natureza, vida, identidades, sem o que deixamos de existir” (SILVA et al. 2020, p. 60). Movem-se por entenderem a terra como território sagrado, herdado da ancestralidade que não se limita a determinada área geográfica. Pertence aos povos que dela constroem seus modos de vida.

Através do caminho da resistência é que as mulheres camponesas do MMC se encontram com mulheres e organizações latino-americanas que enfrentam o poder opressor e sonham com dignidade. Seibert e Rodrigues, (2017) destacam a importância da Coordenação Latino-americana das Organizações do Campo – CLOC e chamam atenção, que “esse modelo de produção capitalista no campo latinoamericano atende as demandas das oligarquias fundiárias locais, que são as representantes dos interesses das burguesias europeias e norte-americanas no continente” (SEIBERT; RODRIGUES, 2017, p. 10).

“Assim como expressaram as autoras, o MMC desde suas origens vem denunciando esse modelo de agricultura por ser antagônico ao modelo camponês e indígena de produção de alimentos” (SEIBERT, RODRIGUES, 2017, p. 10). Podemos afirmar que onde está a mulher camponesa organizada, está a resistência e a luta, pois, coletivamente vem construindo um processo de perceber nos cotidianos, a reprodução do sistema capitalista, colonialista, racista, patriarcal, tanto no trabalho reprodutivo, como também no trabalho produtivo.

Ela se efetiva ao conquistar o acesso à terra. Quando conquista poder de planejar e decidir o que, como, para quem, quanto plantar.



São micro resistências. O próprio território toma a forma de resistência camponesa quando a sua forma e conteúdo contrapõe a forma-conteúdo do agronegócio. Quando o Movimento se alia a outros Movimentos, extrapolando a escala local e buscando uma globalização não perversa ou outra globalização, como fala Milton Santos (2010) ou, de acordo com Fabrini (2012), como resistência globalizada. (GASPARETO, 2018, p. 148)

Tanto Gaspareto (2018), Cinelli (2012), entre outras autoras, enfatizam a “micro resistência” que ocorre na unidade de produção, onde as mulheres camponesas foram conquistando espaços/áreas, exercendo maior autonomia. Esses territórios espalhados na dimensão territorial do Brasil têm identidade que as unem na diversidade. Tem em comum a relação com a terra, com a recuperação de sementes, plantas medicinais, criação de animais de pequeno porte, pomares, proteção da água, luta por políticas públicas, direitos, dignidade que se efetiva no local, ou seja, no “território das mulheres” (GASPARETO, 2018, p. 148).

Isso se efetiva dentro das unidades de produção, onde as mulheres têm uma parte menor para fazer agricultura do jeito da mulher. (GADELHA, 2021, p. 5), chama e identifica como “território dos cuidados”, que envolve também a busca por políticas públicas. “É a luta pela previdência social, pela saúde, pela produção de alimentos saudáveis visando a segurança alimentar, pelo fim das violências contra as mulheres”.

Podemos demonstrar essa luta para além do local, quando nesse tempo de pandemia as mulheres camponesas de suas casas, de seus quintais produtivos não se descuidaram da luta incansável por políticas públicas para a agricultura camponesa familiar; se posicionaram em defesa do Sistema Único de Saúde, por vacina para toda a humanidade; realizaram campanhas de solidariedade na doação de alimentos, medicamentos, máscaras, sementes, com as (os) que mais precisam, entre outras. Observando a orientação do protocolo de saúde de “ficar em casa”, elas revelam que seu território não se limita a casa, a vizinha e a igreja. Gaspareto (2018) diz,

Outras, porém mais ousadas ocupam outros espaços, participam da comunidade, na prefeitura, no sindicato, nos conselhos, nos movimentos sociais, no MMC, então, essas ocupam o lugar público, nesse território tem mais espaços de formação, participação, adquire conhecimento e se faz liderança (GASPARETO, 2018, p. 196).

Reafirmamos que para as mulheres militantes do MMC, o território é espaço político de atuação local, articulado com a luta global de enfrentamento ao sistema capitalista, patriarcal e racista. Território é resistência, construído por relações sociais que estão em constante disputa/conflitos. “O que confirma a ideia de território enquanto espaço de conflito, de tensionamento e não de passividade” (GASPARETO, 2018, p. 106).



Observamos também que para as mulheres camponesas no MMC, o território traz a marca das conflitualidades, enfrentamentos, das contradições desenhadas nas relações de poder, de luta por direitos, identidade e unidade na diversidade, unindo o local ao global. Nossas impressões sobre a produção teórica, as quais expressam os "territórios das mulheres", por isso os territórios (i)materiais, camponeses e feministas não estão dados, está sim em construção Gaspareto (2018). Salientamos que a análise requer continuidade no aprofundamento e elaborações, por isso a seguir traremos alguns elementos do Feminismo Camponês Popular, um importante território em construção no MMC.

FEMINISMO CAMPONÊS POPULAR: PRÁXIS QUE DÁ SENTIDO À VIDA NO CAMPO

A construção do Feminismo Camponês Popular no MMC se dá junto às experiências das autoras deste artigo. Ao realizarmos a pesquisa bibliográfica percebemos em Cinelli (2012) a relação com a identidade, no sentido do identificar-se, assumir-se feminista por parte das militantes e do movimento. Esse feminismo traz o acúmulo da compreensão enquanto emancipação da humanidade, assim como o cuidado enquanto constituidor do humano, conforme Muraro (2002).

(GASPARETO, 2018, p. 178) nos leva a pensar que se historicamente “as mulheres não tivessem reagido e se organizado, enfrentado os limites da opressão/exploração que pesa sobre seu corpo, seu meio, sobre seu território, em que grau de desigualdade e injustiças estaria submetida à humanidade?!” Traz as contribuições de Kergoat, na concepção da construção de “relações de gênero” a partir de uma base materialista de análise das relações entre homens e mulheres em uma sociedade capitalista. Em suas análises, articula gênero, raça/etnia e classe enquanto dimensões estruturantes do patriarcado”.

Ao caracterizar o Movimento como sujeito histórico, (CINELLI, 2012, p. 71) afirma que o mesmo está em construção, que nos remete a incorporar a história como uma construção humana, carregada de relações de poder numa sociedade em que o feminino foi secularmente subjugado e desvalorizado (MURARO, 2002; GEBARA, 2002). São em movimentos específicos que as mulheres conseguiram perceber a opressão de gênero e, em contraposição, propõem o feminismo.

A construção do feminismo no MMC se dá de forma articulada, pessoal e coletiva. Traz a responsabilidade individual e coletiva da luta das mulheres, o respeito às diferenças, a construção de novas relações entre homens e mulheres e com a natureza, a solidariedade,



amor a luta, o companheirismo, capacidade de indignar-se diante das injustiças, transformando a indignação em ação concreta, mística feminista e revolucionária. (ANZILAGO, 2014, p. 38; CINELLI, 2012; MMC, 2018).

A busca por libertação das camponesas envolve ações práticas geradoras de conflitos, disputas de poder no seio familiar e da sociedade, conflitos que visam equilibrar os poderes entre homens e mulheres, [...] Para romper as barreiras da dominação e da submissão as camponesas devem confrontar permanentemente o sistema capitalista e patriarcal.[...] o feminismo camponês popular emerge como uma proposta política construída coletiva e organicamente pelas mulheres camponesas do MMC, junto as mulheres da CLOC/LVC. [...] A perspectiva feminista das camponesas, se efetiva em um processo permanente de transformação de cada mulher, em sua libertação individual das relações de dominação e exploração, mas ao mesmo tempo coletivamente, que é o espaço onde cada uma se alimenta e se fortalece para suas batalhas internas de libertação e também fortalece um sujeito coletivo que trava as disputas para conquistas coletivas, como as alcançadas pelo MMC ao longo de sua trajetória de organização popular (SEIBERT, 2019, p. 117).

No construir-se historicamente, o MMC tem a busca da transformação dessa sociedade, reafirmando na consolidação em 2004, os princípios de ser “camponês, feminista, de classe e popular”. No marco da nacionalização, assume a palavra feminista nos escritos, no entanto, a atuação feminista se dá na construção da libertação e emancipação das mulheres, reafirmando a necessidade de mudanças e trazendo a luta histórica das mulheres como instrumento de luta por direitos à terra, à vida e política agrícola, comprometidos com a transformação nas relações sociais de gênero e classe. Essa construção está intimamente ligada ao trabalho, sem o qual não conseguimos compreender a vida das mulheres no campo.

Com a formação, lutas e organização as mulheres compreendem o significado do feminismo e passam a identificar-se e assumirem-se como feministas. (ANZILAGO, 2014; GADELHA, 2021; CINELLI, 2012; GASPARETO, 2017),

Quando vivenciamos, em nossa caminhada, a valorização do trabalho da mulher e, conseqüentemente, a valorização do “ser mulher”, afirmamos que a libertação das mulheres assumida pelo Movimento e pelas mulheres pesquisadas se refere à conquista da autonomia, ao passarem ser donas da própria vida, ao terem vez e voz, saberem o que querem e não dependerem dos outros para tomar as decisões tanto no campo pessoal, quanto coletivo. Mas sim aprender, em contrapartida, a terem solidariedade, tomarem decisões coletivas e juntas praticarem a discussão das concepções e ações. Esse conjunto de elementos, podemos dizer, constitui o feminismo, o qual é um feminismo camponês, porque é vivenciado pelas mulheres camponesas. (CINELLI, 2012, p. 105).



(GASPARETO, 2018, p. 193) caracteriza como um feminismo que coloca como fundamental a luta pela agroecologia. Há uma preocupação com a biodiversidade e com a produção de alimentos saudáveis. Tem compromisso com a vida, aprendizado sobre sementes, plantas medicinais, estudo, formação, troca de saberes. “Por isso mesmo é um feminismo camponês agroecológico, que incide no território e promove condições humanas, sociais e ambientais, geradoras de uma convivência justa e sustentável”.

O MMC reconhece a agroecologia, a agricultura camponesa como parte da construção do seu feminismo, a prática histórica de resistência das mulheres dos povos originários do Brasil, a escravidão, contra a tomada do seu território e pela preservação da sua cultura, reconhece a luta das mulheres negras escravizadas, seja na criação dos quilombos ou na luta direta com os brancos, reconhece também que as camponesas pobres que migraram da Europa fugindo da fome e das guerras burguesas, também conformam nosso berço histórico e que seus conhecimentos ancestrais contribuíram para que há trinta anos atrás as camponesas de diversos cantos do país se organizassem e pudessem ter forças e elementos para lutar por reconhecimento e direitos (CALAÇA et al, 2018, p. 77).

(RODRIGUES, SEIBERT, 2017, p. 10) discorrem sobre o Feminismo Camponês Popular, pontuando seu nascimento na luta pela terra e território das populações indígenas, camponesas e negras, trazendo um projeto camponês e indígena de produção de alimentos. Assim, as autoras afirmam que o Feminismo Camponês Popular identifica as causas da dominação e exploração das mulheres camponesas latino-americanas,

as mulheres que constroem o Feminismo Camponês e Popular têm em comum a relação com a terra, o território e a produção de alimentos, como identidade que as unifica, mas com a certeza de que essencialismos e romantismos em relação às identidades indígenas, camponesas e negras devem ser superadas, assim como devem ser eliminadas todas as formas de hierarquias ou relações de desigualdade reproduzidas no interior destas comunidades (RODRIGUES; SEIBERT, 2017, p.12).

(SEIBERT, 2019, p. 116) enfatiza que o feminismo camponês popular visa rediscutir tanto a produção quanto a reprodução social do campesinato desde o cotidiano da vida das mulheres e da família camponesa, o que é fundamental para transformar as relações sociais e as bases do patriarcado no campo. A autora salienta que as camponesas desenvolvem um pensamento político efetivando-se nas ações que se expressa na luta feminista que elas constroem, daí nasce o feminismo camponês popular, e não das teorias ou de uma formulação exterior e distante da vida orgânica do MMC.

O feminismo camponês popular é antipatriarcal, antirracista e anticapitalista. Incorpora a pluralidade e diversidade, se reconhece a heterogeneidade de formas de pensar, de



se organizar, de produzir e de viver das mulheres e povos do campo. Busca compreender a complexidade das formas de exploração e dominação para construir um movimento integral. Com isso, esse feminismo incorpora a discussão LGBTQIA+, tem sido também uma forma de ampliar o debate acerca de todas as violências sofridas pelas mulheres, para que seja possível superar todos os meandros dessa violência, além de construir autonomia.

Compreende o caráter estrutural das questões étnico/raciais para a dominação, discriminação e exploração das mulheres negras e indígenas, e como este elemento de diferença é socialmente construído para a desigualdade, para a inferioridade, com a compreensão de que existem assimetrias em como as mulheres vivenciam as explorações e violências nesta sociedade de classes, como a questão de raça, assim esse feminismo é antirracista. O feminismo camponês e indígena é necessariamente de classe (CALAÇA et al, 2018; SILVA, 2018; SEIBERT, 2019; CONTE, 2014; ALMEIDA e DE JESUS, 2020).

Não há como compreendê-lo sem entender as determinações materiais de um longo processo que culmina em sua definição. Pois, descobrir-se ou entender-se como feministas para as camponesas não é algo novo, mas é a reafirmação de muitas histórias de organização, lutas, resistências e enfrentamentos que empreenderam historicamente, ainda que não assumido e percebido desta maneira em todo este processo. Na atualidade entende-se que desde sempre sua luta era feminista e que as ações que realizavam sobre a perspectiva de gênero e de classe, como mulheres trabalhadoras do campo, era e é a expressão da luta feminista das camponesas. (SEIBERT, 2019, p. 155).

Por fim, afirmamos que o Feminismo camponês popular é o resultado das experiências no Movimento de Mulheres Camponesas, a partir da trajetória histórica das mulheres que ousaram se organizar e lutar contra o sistema capitalista, patriarcal e racista. Por isso, contribui com o fortalecimento de toda forma de organização para avançarmos na resistência e no enfrentamento à discriminação, à opressão, à exploração e à violência. Como podemos ver no livro já citado, organizado coletivamente pelas militantes desse movimento, “Feminismo Camponês Popular”, lutamos por um mundo humano e justo, que respeite todas as formas de vida, por meio de novas relações (MEZADRI et al, 2020, p.7).

Sintetizamos com as palavras do próprio Movimento de Mulheres Camponesas “Feminismo Camponês e Popular é respeito a nosso modo de vida, baseado no projeto de agricultura camponesa e agroecológica, mas é também transformação, pois, busca construir as bases para uma sociedade sem classes, a sociedade socialista e feminista” (MMC, 2018, p. 11). “É a expressão da história construída e vivenciada pelas mulheres camponesas, pois é nele que as mulheres do campo se percebem como sujeitos, portadoras de direitos e capazes de transformar a realidade” (Idem, p. 30). As camponesas afirmam que o Feminismo



Camponês Popular não é algo novo, que vem de fora para dentro, mas é construído a partir da prática cotidiana de vida, luta e organização das mulheres do campo, mesmo quando ainda não o entendiam desta forma pode-se afirmar que suas lutas eram e são feministas, camponesas e populares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluimos esse ensaio afirmando que diante do exposto percebe-se que as mulheres camponesas quando conquistam poder em seus territórios atribuem outras relações com a terra, o ambiente e as pessoas. Desse pequeno território se dá a resistência e o enfrentamento ao capital, e, se reafirma o projeto popular de agricultura camponesa na perspectiva da agroecologia, a participação política da mulher e a transformação da sociedade. É na identidade camponesa, que herdamos o DNA da resistência e da luta feminista camponesa popular que se faz no cotidiano e nos territórios das mulheres.

Identifica-se que para as mulheres militantes do MMC, o território é um espaço político de atuação local, articulado com a luta global de enfrentamento ao sistema capitalista, patriarcal e racista. Neste sentido território é resistência, permeado e constituído por relações sociais que estão em constante disputa e que as mulheres organizadas, dia a dia, passo a passo vão semeando a esperança e tecendo a transformação.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, I. PEREIRA DE JESUS, C. Feminismo Camponês e Popular: uma abordagem antirracista. In: MEZADRI, A.M. et al., (orgs.). **Feminismo camponês popular**: reflexões a partir de experiências no Movimento de Mulheres Camponesas. São Paulo: Outras expressões, 1. ed. 2020.

FERNANDES, B. M. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, A. M. (org.). **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil**. Campinas: Unicamp, 2005.

FERNANDES, B. M. Sobre a tipologia de territórios. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO Eliseu Savério. **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 197-215.

GADELHA, R. R. História e Lutas da Territorialização do Movimento de Mulheres Camponesas de Minas Gerais. **Revista NERA**, v. 24, n. 57, p. 158-184, Dossiê I ELAMSS, 2021.



GASPARETO, S. A. K. **Pedagogia da Semeadura: a Construção de Saberes pelo Movimento de Mulheres Camponesas no Programa de Sementes Crioulas**”. Ed. Dialogar. São Paulo, SP. 2018.

LEFEBVRE, Henri. **The production of space**. Oxford: Blackwell, 1991.

LORENZONI, C. et al, Movimento de Mulheres Camponesas: veredas de muitas histórias In: MEZADRI, A.M. et al., (orgs.). **Feminismo camponês popular: reflexões a partir de experiências no Movimento de Mulheres Camponesas**. São Paulo: Outras expressões, 1. ed. 2020.

MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS - MMC. Deliberações do Movimento de Mulheres Camponesas – Brasil. Uma Afirmação de Muitas Histórias. **Documento tese do MMC**. Brasília, 2004.

MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS - MMC, **Feminismo Camponês e Popular**, Ed. Passografic, Passo Fundo, 2018.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

REIS, M.L. Estudos de Gênero na Geografia: uma análise feminista da produção do espaço. **Espaço e Cultura**, UERJ, RJ, N. 38, JUL./DEZ. DE 2015. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/>. Acesso em 20 de maio.

SAFFIOTI, H. **A mulher na sociedade de classe: mitos e realidade**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978.

SAQUET, M.A. Construindo uma proposta de abordagem territorial (i)material. In: SAQUET, M.A. (org.). **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007, p. 157-200.

SEIBERT, I.G., RODRIGUES, S.M.R. **A Aproximação teórica entre o Feminismo Camponês e Popular e o Marxismo Latino-americano**. 2017. Disponível em: <https://singa2017.files.wordpress.com>. Acesso 15.06.2021.

SILVA, E.R., et al., Mulheres indígenas em defesa do território e da identidade. In: MEZADRI, A.M. et al., (orgs.). **Feminismo camponês popular: reflexões a partir de experiências no Movimento de Mulheres Camponesas**. São Paulo: Outras expressões, 1. ed. 2020.

SILVA, E.R. et al. As ligas camponesas e a luta que marca os movimentos organizados do campo. In: MEZADRI, A.M. et al., (orgs.). **Feminismo camponês popular: reflexões a partir de experiências no Movimento de Mulheres Camponesas**. São Paulo: Outras expressões, 1. ed. 2020.

VINHA, J.F.S.C. **Território (i)material e Geografia Agrária: paradigmas em questão**. Revista Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária -NERA. São Paulo, Presidente Prudente, ano 16, nº. 23, pp. 27-42 – julho/dezembro de 2013 – ISSN: 1806-6755.